



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB
PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO – PROEG
COORDENAÇÃO INSTITUCIONAL DE PROGRAMAS ESPECIAIS - CIPE
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA A DISTÂNCIA

MARIA VILMA ALVES GUEDES

**O CONVÍVIO COM A DIFERENÇA: a temática indígena na
percepção de alunos no ensino de geografia**

CAMPINA GRANDE – PB
2011

MARIA VILMA ALVES GUEDES

O CONVÍVIO COM A DIFERENÇA: a temática indígena na percepção de alunos no ensino de geografia

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Geografia, modalidade à Distância da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciado em Geografia.

Orientador (a): Prof.^a Ms. Celênia de Souto Macêdo

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL – UEPB

G924c

Guedes, Maria Vilma Alves.

O convívio com a diferença [manuscrito] : a temática indígena na percepção de alunos no ensino médio. / Maria Vilma Alves Guedes. – 2011.

16 f.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura em Geografia) – Coordenadoria Institucional de Programas Especiais, 2011.

“Orientação: Ma. Celênia de Souto Macêdo.”

1. Ensino de Geografia. 2. Etnia. 3. Índio. I. Título.

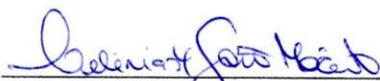
21. ed. CDD 372.891

MARIA VILMA ALVES GUEDES

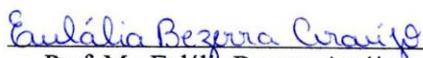
O CONVÍVIO COM A DIFERENÇA: a temática indígena na percepção de alunos no ensino de geografia

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Geografia, modalidade à Distância da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciado em Geografia.

Aprovada em 21 / 12 /2011.



Prof.^a Ms. Celênia de Souto Macedo
Orientadora



Prof. Ms. Eulália Bezerra Araújo
Examinador



Prof.^a Esp. Sebastião Valmir da Silva
Examinadora

O CONVÍVIO COM A DIFERENÇA: a temática indígena na percepção de alunos no ensino de geografia

¹GUEDES, Maria Vilma Alves.

RESUMO

A escola para cumprir sua função social necessita possibilitar ao educando uma visão de mundo pautada no respeito ao outro em todas as dimensões, fortalecendo assim o conceito de cidadania plena. O ensino de Geografia possibilita o educando o acesso a várias construções sociais e históricas, na perspectiva da Geografia Cultural o conhecimento da diversidade étnica presente na sociedade brasileira. As temáticas podem contribuir ou não de acordo com a metodologia e prática utilizada no âmbito da sala de aula na formação. A diversidade étnica indígena existente no Brasil esta distante de serem compreendidas no espaço escolar sendo um desafio construir a idéia das diferenças como algo que possa agregar no outras qualidades e direitos existentes nos documentos oficiais que regem a população brasileira, para que direitos não sejam negados no convívio social. O objetivo do estudo foi analisar a percepção dos alunos da disciplina Geografia nas series finais do ensino fundamental em suas formulações sobre a construção do que vem a ser um indígena brasileiro. A metodologia utilizada foi uma pesquisa qualitativa, analisada pela teoria de Bardin (2009), em que os discursos foram categorizados (Índio e Natureza, Antropofagia, Vestimentas), com a finalidade de compreendermos a percepção desses educandos em relação às diferenças étnicas e aos direitos constitucionais relacionados às diferenças.

PALAVRAS-CHAVE: Prática de Ensino de Geografia. Temática Indígena. Livro Didático.

1 INTRODUÇÃO

A escola que seria o espaço para construção do respeito às diferenças étnicas e valorização do outro, acaba colaborando com o fortalecimento das imagens estereotipadas presentes em materiais didáticos e transportadas para sociedade quando o tema e a temática indígena.

Como é abordada a temática indígena? Quais os possíveis entendimentos por parte dos alunos de uma escola pública municipal a menos de 200 km da etnia Potiguara. Como construir a imagem do outro a partir do processo de ensino e aprendizagem, utilizando matérias didáticas distantes das realidades vivenciadas. Quem é ou “outro” como se construiu e quais seus direitos no tange a cidadania?

¹Maria Vilma Alves Guedes. Email: Vilma.jt@hotmail.com.

A pesquisa que deu origem a esse artigo teve como objetivo geral compreender o saber dos alunos em relação à temática indígena e como as colocações em relação a esse tema vem sendo feita pelos educandos.

A escola para cumprir a sua função social deve fortalecer o conhecimento voltado para a diversidade nas diferenças e no direito.

A busca por um ensino e pesquisa significativos no que tange as diferenças étnicas e culturais possibilitou a implementação da Geografia Cultural que ainda esta distanciada de seu propósito no que tange o estudo da diversidade de forma a respeitar as diferenças e possibilitar ao educando no âmbito da sala de aula no processo de construção de uma imagem significativa e respeitosa do “outro” que tem seus direitos negados e passa muitas vezes a ser visto como um “cidadão de segunda classe” construído didaticamente no lugar onde deveria ser possibilitado o fortalecimento de conceitos que ajudassem na desmistificação desse ser “exótico” e furtado de ser humano por não seguir o grupo do “eu” do entorno das aldeias. Afinal como ser um cidadão crítico conhecedor de direitos e deveres sem a compreensão de diferenças como algo que agrega valores e não fortaleçam a discriminação.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A DIFÍCIL COMPREENSÃO DAS DIFERENÇAS E O APOIO DA GEOGRAFIA CULTURAL: A PERSPECTIVA DA CULTURA NO ENSINO

No Brasil conforme Corrêa (2005 p. 1) “A Geografia de cunho acadêmico nasce em 1934 o primeiro curso de Geografia em São Paulo e em 1936 no Rio de Janeiro o segundo curso”. Ainda de acordo com Corrêa (2005) os cursos que foram implementados posteriormente tinham a finalidade de formar professores do ensino secundário.

De acordo com Maia (2001) “A matriz das ciências sociais, e com elas a Geografia, está reconhecidamente atrelada à origem da etnologia, que, por sua vez, remota aos relatos de viagens que seguem as descobertas geográficas”. O método utilizado ainda conforme Maia (2001) era descrição e observação, e esse olhar geográfico sobre as expressões culturais foi construído ao longo do tempo através do dialogo entre as outras disciplinas das ciências humanas.

A tentativa de desvendar as chaves e direcionamentos das culturas vai estar presente em todos os documentos relacionados à Geografia, dessa forma estudar as expressões culturais foi tido desafio ao longo do tempo, se inicialmente no passado a descrição eram feita

por viajantes inculcados de uma percepção imbuída em etnocentrismo que conforme Rocha (2006) consiste no olhar o outro tendo como referência o seu próprio grupo construído assim pré-conceitos e desconstrução do “outro” que não estivesse de acordo com o grupo do “eu”. Nos dias atuais é possível ter acesso a momentos presentes e olhares de primeira mão.

Segundo Maia (2001 p. 84) “Ao conjunto de trabalhos que priorizam uma abordagem cultural na Geografia denominou-se Geografia Cultural, corrente que teve foco principalmente na Alemanha, na França e nos Estados Unidos”.

No Brasil conforme Corrêa (2005, p. 1) “A Geografia de cunho acadêmico nasceu em 1934 o primeiro curso de Geografia em São Paulo e em 1936 no Rio de Janeiro o segundo curso”. Ainda de acordo com Corrêa (2005) os cursos que foram implementados posteriormente tinham a finalidade de formar professores do ensino secundário.

De 1934 até os dias atuais muitas discussões permearam o ensino de Geografia e os avanços tecnológicos em especial a própria Internet se apresentou como uma nova possibilidade de estudos em que se substituiu as informações que chegavam sobre os aspectos culturais e acabavam sendo cristalizadas ao ponto de contribuir com uma visão estereotipada da realidade, mas o conhecimento sem teorias prévias colaborou para dificuldade de compreensão das diferenças de forma a valorizar essas diferenças e isso tem de certa forma impossibilitado o ensino em que o “outro” é dotado de direitos e dentre eles os constitucionais no caso dos grupos étnicos indígenas.

2.2 A TEMÁTICA INDÍGENA E O ENSINO DE GEOGRAFIA: DOS PARÂMETROS AS DIFICULDADES

Os Parâmetros Curriculares Nacionais em um dos seus objetivos no ensino de Geografia possibilita o compreender que conforme (Brasil, 2001, p. 122) “valorizar o patrimônio sociocultural e respeitar a sociodiversidade, reconhecendo-a como um direito dos povos e indivíduos é um elemento de fortalecimento da democracia”.

Em um segundo objetivo é ressaltado que:

Compreender que as melhorias nas condições de vida, os direitos políticos, os avanços técnicos e tecnológicos e as transformações socioculturais são conquistas decorrentes de conflitos e acordos, que ainda não são usufruídas por todos os seres humanos e, dentro suas possibilidades, empenhar-se em democratizá-las. (BRASIL, 2001, p. 121).

Até que ponto essa democratização de direitos ocorre é um desafio a ser pesquisado e interpretado. Existem alguns estudos que possibilitam um entendimento das dificuldades de se

trabalhar a diversidade étnica, os estereótipos construídos e fortalecidos por teorias equivocadas sobre as diferenças étnicas são muitos e estão presentes nas práticas escolares.

O ensino de Geografia nas séries finais do ensino fundamental possibilita abordagens sobre essa temática. Mas conforme Macedo (2009) o livro didático por sua disponibilidade e gratuidade através de políticas públicas de fortalecimento da educação chega aos locais em que outros recursos não estão disponíveis e a partir dele são construídos conceitos equivocados, ou ainda legitimado atributos para um indígena só possível no imaginário.

Para Grupioni (1995) “pois bem, chegamos à primeira crítica ao livro didático: índios e negros são quase sempre enfocados no passado. Falar em índios é falar do passado, e fazê-lo de uma forma secundária: o índio aparece em função do colonizador”. As pesquisas da década de noventa e do século XXI em relação a essa temática estão sendo reafirmadas, pois vem sendo observados avanços em relação à educação indígena, mas pouco se observa um cuidado para o entorno das aldeias.

Dentre as disciplinas escolares a ciência geográfica se destaca por permitir a compreensão do outro desde o território geográfico até as relações sociais recorrentes no espaço geográfico. A temática indígena seria um desses temas a serem abordados justamente pela necessidade do convívio entre os povos indígenas e a sociedade no entorno das aldeias. Mas a realidade ainda se distancia das práticas, sendo exceções relatos como o que segue:

A nossa escola não-índia: Como professora de Geografia, eu não respeitava, eu não enxergava os alunos e as alunas como OUTRO: eram todos iguais. Quando trabalhava a percepção deste aluno sobre o espaço geográfico vivido e não-vivido a categoria classe social estava muito mais presente nas minhas interpretações, do que a categoria cultura. Foi nesta travessia que descobri a dimensão da diversidade étnico-cultural. Descobri a DIFERENÇA como categoria essencial para compreender a função da escola, do aluno e particularmente reinventei minha prática pedagógica na sala de aula. (SPYER, 2001, p. 167).

Se para essa educadora as diferenças passaram a ser problematizadas de forma significativa, ela própria mostra que existe a necessidade de se reinventar formas de ensinar Geografia para que muitos preconceitos sejam desconstruídos. O “outro” sempre leva desvantagem quando o construímos de forma etnocêntrica. Apresenta esse equívoco quando possibilita o entendimento que estamos fazendo a leitura do “outro” sempre nos colocando como melhores em todos os sentidos, destacando o cultural.

Na prática de ensino de Geografia é possível conforme Kimura (2008) seguir as seguintes diretrizes:

Como é sempre o professor o mediador do conhecimento a ser desenvolvido nas escolas, cabe-lhe trabalhar com desafios como: o que e de que maneira ensinar? Quer dizer, estando no cerne do ato educacional o fazer-pensar do professor e do aluno, o ensinar-aprender adquire uma importância fundamental. (KIMURA, 2008, p. 81).

Mas conforme Kimura (2008) as dificuldades podem estar relacionadas a própria prática de ensino. Pois ainda nos deparamos com os que “pensam” e os que “fazem” que pode ser observado conforme autora em:

É esse cerne que leva á seguinte indagação: de que maneira o professor de geografia, ator pedagógico, pode ter em suas mãos a orientação e o traçado de seu trabalho? Continuará a divisão entre aqueles que “pensam” (Visto que eles elaboram e estabelecem) e os que “fazem” (uma vez que simplesmente executam o que os planejamentos oficiais encaminham e o que os livros didáticos apresentam pronto)? Quer dizer, repete-se aquela antiga dicotomia estabelecida pelo trabalho fabril entre o pensar e o fazer?. (KIMURA, 2008, p. 81).

A autonomia que é um dos legados dos educadores pode servir para “pensar” de forma a contribuir conforme podemos destacar nas construções pedagógicas feitas por uma professora de Geografia em relação a temática indígena no ensino e nas suas buscas de tentar explicar as diferenças. Conforme (SPYER, 2001, p. 167) “o tratamento da questão étnica na sala de aula. A retrabalhar esse nosso imaginário sobre o índio. Convivi com índios que são esplêndidos caçadores e com outros que possuem notável domínio da informática”. Esse posicionamento pautado em pesquisas corrobora com a contribuição do professor no que diz respeito ao ensino da Geografia sobre a temática indígena.

Não existem “fórmulas mágicas” no processo de ensino aprendizagem, e não teria pertinência um livro que apresentasse os grupos étnicos indígenas de forma respeitosa e fossem seguidos à risca, os livros são construídos e imbuídos com os conceitos e preconceitos de quem os construí.

Brasil (1988) traz a igualdade como direito de todos, e as diferenças no que diz respeito aos grupos étnicos indígenas como conquista, mas essa conquista vem sendo negada em parte pelos desencontros e dificuldades de compreensão. O artigo 231 da Constituição Brasileira deveria fazer parte dos manuais escolares:

Art. 231 São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo á união demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. (BRASIL, 1988, p.154).

Essa conquista fica no papel enquanto as escolas não possibilitam aos educandos essa dimensão do “outro” dotado de direitos, mas com esses direitos negados e usurpados por uma maioria que estuda o “índio na natureza intocada e servil” como se isso ainda fosse possível.

A diferença étnica não pode ser compreendida, como algo que desqualifique o “outro” e que lhe negue o conceito de cidadania, mas quando não aprendemos sobre esses grupos e poucos contribuem para o fortalecimento de suas conquistas enquanto educadores

dificultamos a união e o combate do grupo ao preconceito. Santos trás uma reflexão pertinente quando relata que:

Uma coisa é a conquista de uma personalidade forte, capaz de romper com os preconceitos. Outra coisa é adquirir instrumentos de realização eficaz dessa liberdade. Sozinhos, ficamos livres, mas não podemos exercitar nossa liberdade. Com o grupo encontramos os meios de multiplicar as forças individuais, mediante a organização. (SANTOS, 1987, p. 79).

Que cidadania é essa garantida na lei maior do Brasil, mas dificultada quando exercitamos nossa prática educativa em relação aos grupos étnicos indígenas. Santos ainda colabora no conceito de cidadania plena que de certa forma esta no “papel”, mas pouco presente no mundo real.

Segundo Santos (1987) “O homem livre nasce com a desalienação e se afirma em grupo. O cidadão, porém, é uma categoria política que só tem eficácia enquanto categoria jurídica”.

Milton Santos ainda discorre e vai além ao afirmar que:

A luta pela cidadania não se esgota na confecção de uma lei ou na constituição porque a lei é apenas uma concreção, um momento finito de um debate filosófico sempre inacabado. Assim como o individuo sempre esta vigiando a si mesmo para não se enredar pela alienação circundante, assim o cidadão, a partir das conquistas obtidas, tem de permanecer alerta para garantir e ampliar sua cidadania. (SANTOS, 1987, p. 80).

2.3 COMPLEMENTAR A IDEIA E FAZER A PONTE

A idéia de um indígena guardião da natureza foi sendo moldada para de certa forma delimitar o espaço que a sociedade em torno das aldeias construiu para esse ser “exótico” elaborado mentalmente a partir do processo educativo e seus meios.

Gianini (2000) descreve que:

Devemos lembrar que o conceito de natureza e sociedade se exprime essencialmente por uma construção cultural. A idéia de natureza é algo específico de uma dada sociedade, isto é, ela depende da forma como uma sociedade humana recorta o mundo natural como sendo “da natureza”. (GIANINI, 2000, p. 145).

Essa construção cultural acaba de certa forma se fortalecendo ao longo do tempo e se justificando através da educação.

3 REFERENCIAL METODOLÓGICO

Trata-se de uma pesquisa qualitativa. Segundo Minayo (2008), a abordagem qualitativa não pode pretender o alcance da verdade, com o que é certo ou errado; deve ter como preocupação primeira a compreensão da lógica que permeia a prática que se dá na realidade. Preocupa-se com um nível de realidade que não pode ser quantificado.

Segundo Gil (2002) a pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito e a pesquisa descritiva tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno.

A pesquisa foi realizada em uma escola pública do município de Juarez Távora município do Estado da Paraíba com a população estimada em 7.077 habitantes (IBGE, 2010). Localizado na microrregião do agreste paraibano destacando-se na produção artesanal de peças de couro e peças de labirinto.

A população da pesquisa foi formada por 20 alunos do ensino fundamental séries finais. Sendo esse número no universo de 44 alunos, a metade não se disponibilizou a responder por não compreender a temática.

A coleta de dados foi feita através de questionário com questões abertas que foram analisados conforme Bardin (2009) utilizado análise dos conteúdos.

4 DADOS E ANÁLISE DA PESQUISA

Foram aplicados questionários com questões abertas e segue as respostas e posterior análise. Essa análise seguiu a teoria de Bardin (2009)

Categorias: Índio e Natureza; Antropofagia; Vestimentas.

O que é ser índio para você?

Respostas:

É um ser humano de cultura diferente, um verdadeiro brasileiro.

Pessoas estranhas, culturas diferentes da nossa.

São pessoas, livres de maneiras próprias, que lutam por sua sobrevivência sem prejudicar o meio onde vive.

Vive da pesca, da caça de animais, fazem artesanatos.

*São pessoas livres que devem ser respeitados.
São diferentes de nós, andam nus.
São legais, vivem da natureza, da pesca, da caça de animais.
São pessoas estranhas, comem, comem gente.
São verdadeiros heróis, pois cuidam e preservam a natureza sem danificá-la.
São pessoas diferentes, seus costumes não são iguais aos nossos, pois nós andamos de roupas e eles nus, eles caçam e pescam para sua sobrevivência.
“Andam nus”, “comem gente” e são “guardiões da natureza intocada”,
“São estranhos”, “Vivem livres”.*

Descreva as principais características físicas de um índio da região Nordeste?

*Respostas:
Cabelos escuros, com franjas, pinturas no rosto, estatura mediana, pele morena por causa do sol.
Cabelos lisos e pretos, a pele escura, pintam o corpo com tinta extraída de árvores.
Pintam suas faces e corpos, usam ornamentos, cabelos escuros e lisos, pele morena.
Pele escura por causa do sol, cabelos lisos e pretos.
Olhos apertados, cabelos lisos, pele morena.
Corpo pintado de tintas que tiram de árvores, cabelos pretos.
Pele escura, cabelos lisos bem pretos.
Cabelos pretos e lisos, pintam o corpo.
Eles têm a pele morena, seus cabelos são pretos e lisos, cobrem seu corpo com peles de animais e se pintam.
Todos os “índios” têm a pele escura, o cabelo liso e preto, as mulheres andam com tecidos extraídos de árvores no corpo e se enfeitam com colares fabricados por elas próprias e pintam o corpo. Sua arma é o arco e a flecha e andam nus.*

O Brasil é um país de diversidade cultural. Descreva o que você compreende sobre culturas indígenas?

Respostas:

Os índios possuem língua própria, como: o Tupi-Guarani, que deu lugar a língua portuguesa. Também possuem suas danças, músicas e rituais religiosos comemorativos.

Danças diferentes da nossa, praticam rituais aos deuses da natureza, as músicas quês cu são cantadas são em Tupi-Guarani.

As culturas indígenas são particularidades de cada tribo, seus costumes são característicos na prática de danças, músicas e rituais a seres sobrenaturais da natureza.

Não respondeu.

São culturas que vem de seus povos antigos.

Não respondeu.

São bem diferente da nossa, eles moram em ocas, dentro da mata.

Fazem rituais, dançam para os deuses.

Suas culturas são baseadas em danças, músicas e rituais a mãe natureza diferentes formas e línguas.

Eles se comportam de forma diferente da nossa, acreditam em deuses que tem haver com natureza. As mulheres trabalham na lavoura e tomam conta da casa e dos filios. Em cada tribo tem um chefe chamado pajé que orienta os mais novos para aprender as tradições exigidas na tribo.

Essas categorias estão presentes nas falas e distorcem a compreensão do “outro” enquanto seres humanos brasileiros e com direitos garantidos pela Constituição Federal (BRASIL, 1988).

Observamos nos discursos que as desinformações entre os estudantes ou a ausência de conhecimento em relação à temática esta relacionada às construções presentes nos materiais didáticos e nas abordagens equivocadas em relação à temática indígena, a pesquisa realizada em uma escola no interior de um estado apresenta um recorte significativo da realidade educacional em relação a como são construídas no contexto escolar o conceito de diferenças, nesse recorte étnico indígena.

Conforme Macedo (2009) “[...] ainda estamos sem uma presença significativa dos grupos étnicos indígenas nos livros didáticos”. Dessa forma a construção em relação ao outro coloca-nos no período de colonização, as imagens são desatualizadas e focadas em grupos étnicos da região norte.

A condição indígena não pode estar separada da condição cidadã, o direito a diferença é constitucional e conforme Santos (1987), não pode ser negado nesse próprio social e sim reafirmado:

A luta pela cidadania não se esgota na confecção de uma lei ou na constituição porque a lei é apenas uma concreção, um momento finito de um debate filosófico sempre inacabado. Assim como o indivíduo sempre esta vigiando a si mesmo para não se enredar pela alienação circundante, assim o cidadão, a partir das conquistas

obtidas, tem de permanecer alerta para garantir e ampliar sua cidadania. (SANTOS, 1987, p. 80).

De acordo com os discursos a idéia de guardiões da natureza esta de certa forma associada a imagem do indígena apresentado na escola, caçando, coletando alimentos e guardando as matas para a sociedade envolvente destruir. Nessa condição os grupos da região nordeste levam desvantagens, pois estão com os resquícios de matas deixadas pela sociedade em torno das aldeias, então a categoria natureza esta relacionada ao imaginário construído no processo ensino e aprendizagem.

A categoria antropofagia “o comer gente” pode ser aludido à presença dos rituais presentes nos manuais didáticos. Que confirme Macedo (2009) dificulta o processo de valorização do outro enquanto ser dotado de direitos. Os rituais do passado são descritos sem o cuidado da explicação e construção histórica. Como construir o conceito de respeito às diferenças quando homogeneizamos os grupos que não compartilham da nossa visão de mundo. Tornamos dessa forma a escola enquanto o lugar para cristalização da cultura e conforme os discursos espaço de socialização dos preconceitos.

Quanto à categoria vestimentas os indígenas “andam nus” e estão distantes da civilidade o que comprova a desinformação construída ao longo da vida desses educandos colocando de certa forma o ensino sobre a diversidade cultural étnica indígena a margem do processo de fortalecimento das identidades étnicas. Dessa forma a visão do outro torna-se destorcida e desfavorável na construção cidadã.

5 CONCLUSÃO

Os temas voltados para o fortalecimento das diferenças estão presentes nos documentos norteadores da Educação e devem ser suporte para melhoria da educação brasileira.

De acordo com os resultados da pesquisa, estamos distantes do convívio e respeito às diferenças étnicas indígenas. Sequer pelas respostas compreendemos o que é ser “índio” e isso vem prejudicando o fortalecimento dos grupos que sobreviveram à forma sutil de desconstrução do outro a partir de conceitos pré construídos.

Os parâmetros curriculares nacionais são orientações pertinentes mas no mundo da educação nada pode ser estático daí a necessidade de renovação dos materiais, das fotos e questionamentos para que o livro didático e outros meios de construção do conhecimento nas

aulas, sejam norteadores para que a prática de ensino em Geografia possa ser um elemento de contribuição significativa no que diz respeito ao convívio e respeito as diferenças.

A prática de ensino em Geografia pode colaborar para minimizar essas formulações equivocadas sobre as diferenças étnicas. O indígena tem o direito ao respeito e no processo de formação é possível construir uma imagem positiva e coerente das realidades vivenciadas por povos que receberam garantias constitucionais que menos atingindo a maior idade, mais de vinte anos ainda estão distantes das construções formuladas em sala de aula.

Foi desafiante ouvir, e compreender as distorções, mas serviu para conhecer e constatar a importância do acesso a outras informações para constituição de valores éticos em relação ao outro, e uma visão de mundo voltada para preparação do educando para o convívio com as diferenças e o respeito a diversidade étnica, ainda distante da prática atual.

Seria a Geografia Cultural na formação de professores ou disciplinas de cunho antropológico voltadas para o conhecimento das diferenças uma possibilidade de minimizar essa falta de informações construídas nas escolas, dificultando em parte a construção do sujeito crítico e detentor de uma formação basilar em que o respeito ao outro se fosse meta em todas as situações dentro ou entorno das aldeias.

ABSTRACT

The school to fulfill its social function to enable the learner needs a worldview based on respect to each other in all dimensions, thus strengthening the concept of citizenship. The teaching of Geography enables the student access to various social and historical buildings from the perspective of cultural geography knowledge of ethnic diversity in the Brazilian society. The themes can contribute or not in accordance with the procedures and practices used within the classroom training. The ethnic Indian in Brazil are far from being understood at school is a challenge to build the idea of the differences as something that can add the other qualities and rights in documents that govern the Brazilian population, so that rights are not denied in social life. The aim of this study was to analyze the students' perception of the geography discipline in the final series of basic education in their formulations on the construction of what is to be a native Brazilian. The methodology was a qualitative study examined the theory of Bardin (2009), in which the speeches were categorized (Indian and Nature, anthropophagy, Clothing) in order to understand the perception of students about the differences and ethnic rights related constitutional differences.

KEYWORDS: Practice Teaching of Geography. Indigenous Issues. Text Book.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos - apresentação dos temas transversais**. Brasília: MEC/SEF, 1998. p. 436.

_____. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais: índice de Desenvolvimento da Educação Básica 2008**. Disponível em: <www.ideb.inep.gov.br>. Acesso em: 13 nov. 2008.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural/orientação sexual**. 3. ed. Brasília: MEC/SEF, 2001. 164p.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 13 ago. 2010.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2002.

CORRÊA, R. L. ROSENDAHL, Z. **Geografia Cultural: um século**. (Orgs). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000

_____. **A geografia cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2005.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GRUPION, L. D. B, SILVA. L. da. **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1ª e 2ª graus**. Brasília, MEC/Mari/Unesco, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário estatístico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1995.

KIMURA, S. **Geografia no ensino básico: questões e propostas**. São Paulo: Contexto, 2008.
MACÊDO, C. de S. **O índio como o outro: o desafio de construir uma identidade positiva a partir dos livros didáticos**. 142 f. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande-PB, Campina Grande – PB, 2009.

MAIA, D. S. Paradigmas da geografia. In.: MAIA, D. S. **A geografia e o estudos dos costumes e das tradições**. São Paulo: Terra Livre, 2001.

MINAYO, M.C.S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 11. ed. São Paulo, HUCITEC, 2008.

POUTIGNAT, P; STREIFF-FENART, J. **Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. São Paulo: Fundação da Unesp, 1998.

ROCHA, E.P.G. Um índio didático: notas para o estudo das representações. In: ROCHA, E. P. G. et al. **Textos de antropologia social do cotidiano: testemunha ocular**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. **O que é etnocentrismo**. São Paulo: Brasiliense, 2006. p. 7-22.

SANTOS, M. **Espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

SPYER, Márcia. A questão da identidade étnica na sala de aula: a cultura indígena. In: **Múltiplos olhares sobre a educação e cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.